



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0005000-44.2012.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **Marileusa Gonçalves Barbosa Mariotto e outro**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt Sa**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares** assumindo esta Vara Distrital até instalação de sua nova vara, conforme designação da E. Presidência do TJSP.

Vistos.

Trata-se de pedido de cobrança ajuizado em desfavor da ré nominada mediante a alegação de que em virtude de acidente de trânsito ocorrido aos 20.04.2012 que vitimou Fernando Barbosa Mariotto, levando-o ao óbito, receberam apenas R\$ 13.500,00, quando o correto seria metade de 40 salários-mínimos, havendo uma diferença de R\$ 11.380,00 a receber.

A petição inicial de fls. 02/09 veio acompanhada dos documentos de fls. 10/24.

Contestação às fls. 37/40 requerendo a improcedência da demanda, pois o pedido está alicerçado em legislação revogada. Juntou os documentos de fls. 41/52.

DECIDO.

A matéria é exclusivamente de direito e já foi enfrentada por este Juízo em outros processos semelhantes.

0005000-44.2012.8.26.0233 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Conclui-se ser devida a indenização, conforme **legislação vigente à época do sinistro**. No mesmo norte: Recurso Especial nº 746087/RJ (2005/0070188-5), 4ª Turma do STJ, Rel. Aldir Passarinho Junior. j. 18.05.2010, unânime, DJe 01.06.2010; Recurso Especial nº 788712/RS (2005/0172001-7), 4ª Turma do STJ, Rel. Aldir Passarinho Júnior. j. 29.09.2009, unânime, DJe 09.11.2009; Apelação Cível nº 3201 (11543), Câmara Única do TJAP, Rel. Edinardo Souza. j. 09.10.2007, unânime, DOE 05.12.2007. **Destaque para:** Apelação nº 990100644165, 27ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Dimas Rubens Fonseca. j. 18.05.2010, DJe 16.06.2010; Apelação nº 992080224163 (1172428100), 35ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Mendes Gomes. j. 03.05.2010, DJe 19.05.2010; Apelação nº 992060486820 (1074758600), 26ª Câmara de Direito Privado do TJSP, Rel. Vianna Cotrim. j. 07.04.2010, DJe 26.04.2010.

A lei vigente à época do acidente, ou seja, aos 20.04.2012 tem a seguinte redação:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Caput com redação dada pela Lei nº 11.945, de 04.06.2009, DOU de 05.06.2009, em vigor na data de sua publicação.)¹

a) (revogada);

b) (revogada);

c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso

de morte;

¹ O caput alterado dispunha o seguinte:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:"



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Artigo 3º com redação dada pela Lei nº 11.482, de 31.05.2007, DOU de 31.05.2007, em vigor na data de sua publicação².

A indenização referida será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, *ex vi* do § 1º do art. 5º da Lei 6.194/74.

Nenhuma inconstitucionalidade há de ser reconhecida. Pelo contrário, o reconhecimento da validade da Lei 11.482/2007 ressalta a força normativa da Constituição exatamente pelo fortalecimento do princípio da legalidade. Há inúmeros precedentes reconhecendo a plena validade do diploma: Apelação nº 299-04.2009.8.06.0168/1, 5ª Câmara Cível do TJCE, Rel. Clécio Aguiar de Magalhães. unânime, DJ 09.05.2011; Apelação nº 115401-27.2008.8.06.0001/1, 3ª Câmara Cível do TJCE, Rel. Washington Luis Bezerra de Araújo. unânime, DJ 29.04.2011; Apelação nº 154-02.2008.8.06.0129/1, 5ª Câmara Cível do TJCE, Rel. Clécio Aguiar de Magalhães. unânime, DJ 27.04.2011.

Para melhor ilustrar:

TJDFT-) APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO EM 2008. VALOR DA INDENIZAÇÃO. A legislação vigente à época do sinistro - 16.08.08 - não fazia distinção entre debilidade e invalidez permanente nem

² O artigo alterado dispunha o seguinte:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

a) 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de morte;
 b) até 40 (quarenta) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - no caso de invalidez permanente;
 c) até 8 (oito) vezes o valor do maior salário mínimo vigente no País - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

estabelecia gradação de lesão para definir uma suposta proporcionalidade do valor indenizatório que, assim, corresponde a R\$ 13.500,00. (Processo nº 2009.10.1.002501-2 (619287), 4ª Turma Cível do TJDF, Rel. Fernando Habibe. unânime, DJe 26.09.2012).

TJMA) PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINARES AFASTADAS. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DA LEI Nº 6.194/74, COM ALTERAÇÕES DA LEI Nº 11.482/2007. FIXAÇÃO NO PATAMAR MÁXIMO. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. IMPROVIMENTO. 1. O pagamento da indenização atinente ao seguro DPVAT pode ser exigido de qualquer seguradora que integre o denominado consórcio obrigatório, constituindo uma faculdade da vítima do sinistro a escolha da seguradora contra a qual deseja litigar. 2. Configurado o dano e sua extensão, é devida a indenização securitária, nos parâmetros da norma vigente à época do sinistro. 3. Considerada a data do acidente (11.01.2008), a fixação da indenização securitária em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) não está fora dos parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade. 4. Apelação improvida. (Apelação Cível nº 3824-62.2010.8.10.0001 (114152/2012), 3ª Câmara Cível do TJMA, Rel. Lourival de Jesus Serejo Sousa. j. 24.04.2012, unânime, DJe 04.05.2012);

TJMG-) AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - LEIS 11.482/2007 E 11.945/2009 - LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS À ÉPOCA DO SINISTRO - CONSTITUCIONALIDADE - GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE - INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL - CORREÇÃO MONETÁRIA - AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO - AJUIZAMENTO DA AÇÃO. Tratando-se de ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório DPVAT, o valor da indenização devida em razão de acidente ocorrido após a edição da Lei nº 11.482/2007, fica limitado ao máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos termos do art. 8º da referida legislação. Apurada a incapacidade parcial e permanente da vítima, em razão de acidente com veículo automotor, o valor da indenização do seguro obrigatório deve ser calculado de forma proporcional ao grau de invalidez, observada a tabela constante no anexo da Lei nº 11.945/2009. A correção monetária, inexistindo pedido administrativo de pagamento da indenização, deve incidir a partir do ajuizamento da ação. Primeiro recurso não provido e segundo recurso provido. (Apelação Cível nº 0504712-21.2010.8.13.0702, 12ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Alvimar de Ávila. j. 27.06.2012, DJ 09.07.2012).

TJMG-) AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - LEIS NºS 11.482/2007 E Nº 11.945/2009 - LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS À ÉPOCA DO SINISTRO - MORTE - VALOR DA INDENIZAÇÃO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Tratando-se de ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório DPVAT, o valor da indenização devida em razão de acidente ocorrido após a edição da Lei nº 11.482/2007, deverá ser de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de morte - Recurso provido em parte. (Apelação Cível nº 0064889-17.2010.8.13.0699, 12ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Alvimar de Ávila. j. 25.04.2012, unânime, Publ. 04.05.2012).

Os autores confessam ter recebido R\$ 13.500,00. A quantia representa exatamente metade do valor de R\$ 13.500,00 previsto no inciso I do artigo 3º da Lei 6.194/1974 com sua atual redação.

Portanto, não há incorreção no pagamento, tampouco diferença a pleitear.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido de cobrança ajuizado por **MARILEUSA GONÇALVES BARBOSA MARIOTTO E JOSÉ MOLINARI MARIOTTO** contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**, o que faço nos termos do inciso I do artigo 269 do Código de Processo Civil c.c art. 285-A do mesmo código.

Custas e despesas pelos autores, ficando deferidos os benefícios da AJG e suspensão a cobrança, nos termos do art. 12 da Lei 1060/50.

Honorários de R\$ 500,00 a cargo dos autores, suspensos nos mesmos moldes.

Após o trânsito, arquivem-se.

PRIC.

Ibaté, 27 de maio de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**